

Gestão Social, Interdisciplinaridade e Psicologia Social: Possibilidades, Experiências e limitações

SOCIAL MANAGEMENT, INTERDISCIPLINARY AND SOCIAL PSYCHOLOGY: OPPORTUNITIES, EXPERIENCES AND LIMITATIONS

Maria Laís dos Santos Leite¹; Bryan Silva Andrade²

RESUMO

Este artigo parte dos pressupostos da Gestão Social e da revisitação do seu conceito e sua proposta interdisciplinar, onde a atuação ocorre a partir de equipes interdisciplinares. Traz ainda um resgate histórico da Psicologia e de sua atual integração com as organizações e comunidades, expondo alguns trabalhos práticos realizados em equipes que contém profissionais de Psicologia para levantar sua interligação com a proposta da gestão social. O objetivo é discutir a necessidade da efetiva interdisciplinaridade na gestão social, analisar a integração entre a Psicologia e a gestão social que nos permitam propor uma maior integração e valorização destes profissionais no ensino e pesquisa em gestão social. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica acerca da conceituação da Gestão Social, da interdisciplinaridade de forma geral e de forma específica na gestão social, do percurso da Psicologia, em especial da Psicologia Social e Comunitária e nas experiências de atuações nesta área. A partir da discussão do conceito de gestão social e da interdisciplinaridade como uma das suas particularidades mais relevantes, do resgate da história da Psicologia em relação ao seu percurso até a atuação em organizações e comunidades e do desenvolvimento da Psicologia Social e Comunitária no Brasil, seu desenvolvimento teórico e prático foi possível perceber sua interligação com propostas de gerenciamento comprometidas de fato, com o desenvolvimento da sociedade e do meio ambiente, como a gestão social.

Palavras-chave: Equipes interdisciplinares, Psicologia Social e Comunitária, Pesquisa e Extensão em Gestão Social.

ABSTRACT

This article discusses the assumptions of Social Management and revisit its concept and its interdisciplinary approach, where the action occurs from interdisciplinary teams. It also brings a historical psychology and its current integration with organizations and communities, exposing some practical work done in teams containing psychological professionals to raise their interconnection with the proposed social management. The aim is to discuss the need for effective interdisciplinarity in social management, analyze the integration between psychology and social management that allow us to propose greater integration and enhancement of these professionals in teaching and research in social management. The methodology used is a literature review on the concept of the Social Management of interdisciplinarity in general and specifically in social

¹ Graduada em Psicologia pela Faculdade Leão Sampaio. Coordenadora Executiva do PAIDÉIA - Laboratório de Pesquisa Transdisciplinar sobre Metodologias Integrativas para a Educação e Gestão Social. Educadora de Desenvolvimento Pessoal e Social do Programa Com. Domínio Digital (Instituto Aliança) em Juazeiro do Norte-CE. E-mail: maria.lais@yahoo.com.br

² Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (2005). Especialista em Terapias Tradicionais Chinesas pela Universidade Estadual do Ceará, UECE. Vice-líder do PAIDÉIA - Laboratório de Pesquisa Transdisciplinar sobre Metodologias Integrativas para a Educação e Gestão Social. Professor do Curso de Psicologia pela Faculdade Leão Sampaio. E-mail: bryan@leaosampaio.edu.br

management, the route of psychology, especially the Social and Community Psychology and experiences of actions in this area. From the discussion of the concept of social management and interdisciplinarity as one of its most important particulars, the redemption of the history of psychology in relation to your route to performance in organizations and communities and the development of Social Psychology and Community in Brazil, its theoretical and practical development was possible to perceive its connection with proposed management compromised in fact, with the development of society and the environment, and social management.

Key Words: *Interdisciplinary teams, Social and Community Psychology and Research in Social Management.*

Introdução

Este artigo parte dos pressupostos da Gestão Social e da revisitação do seu conceito e sua proposta interdisciplinar, onde a atuação ocorre a partir de equipes interdisciplinares que podem ser compostas por profissionais como administradores(as), assistentes sociais, psicólogos(as), advogados(as), economistas(as), cientistas sociais, entre outros. Traz ainda um resgate histórico da Psicologia e de sua atual integração com as organizações e comunidades, expondo alguns trabalhos práticos realizados em equipes que contém profissionais de Psicologia para levantar sua interligação com propostas de gerenciamento comprometidas de fato, com o desenvolvimento da sociedade e do meio ambiente, como a gestão social.

O objetivo é discutir a necessidade da efetiva interdisciplinaridade na gestão social, analisar a integração entre a Psicologia e a gestão social que nos permitam propor uma maior integração e valorização destes profissionais no ensino e pesquisa em gestão social.

A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica acerca da conceituação da Gestão Social, da interdisciplinaridade de forma geral e de forma específica na gestão social por meio de autores consagrados como FISHER (2007), SILVA JÚNIOR (2008), CARRION (2008), traz um percurso da Psicologia, em especial da Psicologia Social e Comunitária embasado em teóricos como BOCK (2001, 2002), GOHN (2001), FREITAS (1998, 2008) e nas experiências de atuações de BLEY (2003), CAVALCANTE e FRANCO (2007) e GÓIS (2003).

Gestão Social e Interdisciplinaridade

Em busca de conhecer as dimensões da gestão social, iniciaremos a discussão acerca do termo gestão a partir de Carrion e Calou (2008), as autoras expõem que a gestão no campo das ciências administrativas é entendida como um processo que visa ao uso racional dos recursos para a realização de fins econômicos que para tal um conjunto de ativos deve ser mobilizado, ajustados, a normas, procedimentos e medidas, que viabilizem a otimização do capital investido que pressupõe o assujeitamento do conjunto das demais dimensões da vida, entre elas a cultural, a política, a ambiental e a humana, ao objetivo de acumulação capitalista.

E quando se pensa na lógica capitalista, o ser humano se encontra reduzido à recursos instrumentais, “objetos” do capital que deve ter como “razão de viver” a (re)produção de riquezas materiais, o avanço tecnológico, a produção de conhecimento, então como pensar a grande maioria do povo brasileiro e de demais países que até então se encontra excluída dos objetivos deste sistema econômico e ideológico?

Daí surge a gestão social, contra a visão reducionista do sujeito histórico, dando sim importância a sustentabilidade econômica, mas centrada no processo de desenvolvimento na proteção da vida, na preservação do meio ambiente, no atendimento das necessidades, e no desenvolvimento de potencialidades humanas. Onde a sociedade civil ganha status e é necessária para planejar, traçar diretrizes e tomar decisões capazes de potencializar as riquezas, em sentido amplo, do local. (CARRION; CALOU, 2008).

Na gestão social há uma focalização do espaço local, já que a valorização individual, passa pela valorização territorial, conforme nos explicam Carrion e Calou, o local é entendido como:

[...] lócus de vocações econômicas e como espaço de valores, de cultura, de tradições, de interesses em disputa e não raro em conflito, os quais para serem conciliados e potencializados vão exigir a construção de estruturas de governança com intensa participação da sociedade local, como condição para que façam sentido, e possam ser, efetivamente apropriadas e gerenciadas pelos agentes desse novo modo de tecer desenvolvimento. (CARRION; CALOU, 2008, p.16).

Ao acreditar que um novo mundo é possível, trazemos para o plano do real que são necessárias transformações que começa na vida de cada um de nós e que se expande nas decisões dos governos e das organizações lucrativas e não-lucrativas, preocupando-se com a questão social (desigualdade socioeconômicas, educacionais) e ambiental (degradação, desmatamento, poluições em todas as suas formas).

(Re)discutindo o conceito de gestão social

A gestão social, através de suas crescentes publicações referentes à teoria e prática, acumuladas nas últimas décadas acerca de sua aplicação em políticas sociais e ambientais, nas organizações do terceiro setor, no combate à pobreza, no desenvolvimento territorial, na construção de uma gestão mais participativa e democrática.

Assim o adjetivo social que qualifica esta proposta de gestão, refere-se a este como um espaço privilegiado de relações sociais (SILVA JÚNIOR, 2008) onde todos são importantes, sendo assim merecem ser considerados, ouvidos e respeitados.

O conceito de gestão social é entendido como o processo de gerenciamento dialógico onde a liderança é compartilhada entre os participantes da ação. (SILVA JÚNIOR, 2008). A expressão Gestão Social conforme nos aponta França Filho (2003), tem sido usada para identificar as mais variadas práticas sociais de diferentes atores não apenas governamentais, mas de organizações não-governamentais, associações, fundações, assim como algumas iniciativas partindo mesmo do setor privado e que se exprimem nas noções de cidadania corporativa ou de responsabilidade social da empresa.

Ou seja, a gestão social não deve ser entendida como possível apenas no terceiro setor e em organizações não-lucrativas, mas nas organizações como um todo, a partir de seus ideais de sustentabilidade econômica e ambiental, responsabilidade social, entre outros.

Para Fischer (2007) a gestão social pode ser definida como um ato relacional de direção e regulação de processos através da mobilização ampla de atores na tomada de decisão, chamado de agir comunicativo que resulte em parcerias intra e interorganizacionais, a partir da valorização de estruturas descentralizadas e participativas, tendo como orientação o equilíbrio entre a racionalidade em relação a fins e em relações a valores, na busca de alcançar enfim um bem coletivamente planejado, viável e sustentável a médio e longo prazo.

Para ilustrar esta relação, podemos ver este esquema que representa as duas dimensões do campo da gestão social, unindo conhecimento e prática

marcados pela interdisciplinaridade e pela variedade dos espaços de prática (inteorganizacionais e interinstitucionais).



Interdisciplinaridade: um pensar e um fazer na gestão social

Antes de falar das particularidades da interdisciplinaridade na gestão social, se faz necessário resgatar o termo interdisciplinaridade e discuti-lo, pois de tão usado atualmente, muitas vezes acaba sendo banalizado.

A interdisciplinaridade pode ser entendida como um processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere estritamente às disciplinas científicas e suas possíveis articulações. (LEFF, 2000). Em muitas publicações e discussões, o termo interdisciplinaridade vem sendo usado como sinônimo e metáfora de toda interconexão e “colaboração” entre diversos campos do conhecimento e do saber dentro de projetos que envolvem tanto as diferentes disciplinas acadêmicas, como as práticas não-científicas que incluem as instituições e atores sociais diversos.

É comum que diversos centros e organizações não-governamentais, dedicados não só à educação e à formação ambiental como também à assessoria e promoção de projetos de desenvolvimento (regional, social, comunitário), se autodenominem e se assumam como centros de estudos interdisciplinares. (LEFF, 2000).

Neste sentido o autor nos esclarece que:

[...] a noção de interdisciplinaridade se aplica tanto a uma prática multidisciplinar (colaboração de profissionais com diferentes formações disciplinares), assim como ao diálogo de saberes que funciona em suas práticas, e que não conduz diretamente à articulação de conhecimentos disciplinares, onde o disciplinar pode referir-se à conjugação de diversas visões, habilidades, conhecimentos e saberes dentro de práticas. (LEFF, 2000, p.22).

Sendo assim, a interdisciplinaridade se apresenta como um dos diferenciais louváveis que estão sendo aplicados pela gestão social, onde a atuação ocorre

a partir de equipes interdisciplinares que podem ser compostas por profissionais como administradores(as), assistentes sociais, psicólogos(as), advogados(as), economistas(as), entre outros.

Follett, “a profetisa do gerenciamento”, ressalta a importância da visão integral e interdisciplinar dos problemas, o que caracteriza a abordagem de gestão contemporânea. Follett defendia que não se deve departamentalizar de acordo com cada problema: “Não creio que temos de lidar com problemas psicológicos, econômicos e éticos. Temos problemas humanos, com aspectos psicológicos, éticos e econômicos, e tantos outros mais como se queira”. (FISCHER, 2007).

A partir dessa visão proposta por Follett, há mais de 20 anos, vemos que a presença da Psicologia na gestão social não deve ser uma atuação somente das funções geralmente realizadas pelo(a) psicólogo(a) organizacional e do trabalho como a seleção e o treinamento de pessoal, que leva a departamentalização, mas uma participação realmente interdisciplinar, integral: de planejamento, tomada de decisões, entre outros.

Neste trabalho enfocaremos as aproximações da Psicologia, a partir da integração interdisciplinar e suas aproximações com a Gestão Social, para fortalecer as ações para o desenvolvimento das organizações e comunidades.

A Atuação da Psicologia e sua aproximação com a Gestão Social

A Psicologia desde sua entrada nas organizações e em trabalhos em comunidades e grupos associativos de forma mais ampla, inicia um trabalho relacionado a equipes interdisciplinares ligadas à área de gestão como administradores(as), economistas, engenheiros(as). Mas pode-se perguntar como foi o percurso da Psicologia até chegar às organizações de trabalho e às comunidades? Quais as teorias que permitem uma aproximação da Psicologia com a Gestão Social? Quais suas atuações no social? É na tentativa de responder estes questionamentos que elaboramos o texto a seguir.

Nas últimas décadas se difunde a visão da Psicologia como uma Ciência atuante e preocupada com os problemas sociais, seja por meio do “novo olhar” proposto de compreensão do sujeito inserido no seu contexto social e novas intervenções posicionadas socialmente e politicamente, que independente do espaço de atuação do(a) profissional de Psicologia (clínica, escola, organizações de trabalhos, etc.), seja por meio de sua presença mais ativa nas políticas públicas ou ainda por outras formas de prática utilizadas por esta na tentativa de dar conta do social.

Em *A Invenção da Psicologia Social*, Silva (2005) se propõe a encontrar as condições que “fizeram” a Psicologia ser aplicada ao social e conseqüentemente levaram ao surgimento de uma Psicologia Social, através de uma desterritorialização e da produção um estranhamento naquilo que é tido como natural e evidente.

Entendendo esta questão epistemológica acerca do surgimento do olhar da Psicologia ao social e da Psicologia social (ou seriam Psicologias sociais?) como essencial para a compreensão da discussão a que pretende fazer – e principalmente trazer – este artigo, partiremos desta para avaliar os novos rumos da Psicologia, vendo como um deles um maior envolvimento na gestão social.

Facilmente percebe-se que a visão do senso comum é da Psicologia tendo como prática uma análise clínica individual, reduzida e não sociológica. De

fato, a atuação da Psicologia foi, por muito tempo, voltada predominantemente para a Psicoterapia (no Brasil esta atuação tomou grandes proporções, sendo hoje mais diversa os locais de intervenção deste profissional) tendo um olhar resumido ao paciente/cliente e não observando as relações deste com as normas, os valores sociais, a cultura, o contexto histórico, a localização geográfica, entre outros.

Esta análise trazia uma visão fragmentada e descontextualizada do sujeito que não observava suas inter e intra-relações e acabava por não conseguir compreendê-lo de forma satisfatória e complexa e, portanto não intervindo de forma eficaz.

Vale salientar, porém, que há muito se percebeu a necessidade de partir do sujeito, mas não se detendo a ele e sim abrangendo o olhar para a “teia social” que o permeia, visão que é atualmente aceita e geralmente utilizada na Psicologia como um todo. E é esta visão da aplicação e, sobretudo do olhar (independente do espaço de prática) da Psicologia no social que precisa ser divulgada e ampliada.

A ponto de hoje os que se atuam na profissão e/ou os que se encontram em formação na Academia, considerada como *lócus* principal de discussões epistemológicas acerca do fazer do(a) psicólogo(a), perceberem a sociedade como a preocupação principal da Psicologia. Na verdade, esta divergência entre o estudo do ser humano (isoladamente) e deste em suas relações de influência com a sociedade é tão longa quanto à História da própria psicologia enquanto ciência.

A instituição da Psicologia como disciplina específica e a obtenção do *status* de “Ciência” ocorrem em 1879, com a inauguração do Laboratório de Psicologia Fisiológica da Universidade de Leipzig na Alemanha por W. Wundt e das pesquisas experimentais desenvolvidas por este sobre o estudo das experiências imediatas.

Porém, é necessário lembrar que Wundt “cria” duas Psicologias: a Psicologia fisiológica experimental e a Psicologia social ou “dos povos”. Schultz & Schultz (2002), desenvolvem que na Psicologia Fisiológica Experimental a causalidade psíquica é reconhecida, mas não é enfocada em profundidade, já a Psicologia Social ou “dos povos” estuda os processos criativos em que a causalidade psíquica aparece com maior força.

Porém, a Psicologia Fisiológica ganha maior destaque e reconhecimento, tendo maior número de seguidores e até mesmo de desenvolvimento de pesquisas, já a Psicologia Social não ganha muito reconhecimento e não é neste momento.

Pela perspectiva fisiológica/experimental Wundt consegue fundar o Laboratório de Leipzig, publicar diversos livros entre eles *Contribuições para a Teoria da Percepção Sensorial* (1858-1862) e *Princípios de Psicologia Fisiológica* (1873-1874), funda a revista *Estudos Filosóficos* em 1881 (que renomeou como *Estudos Psicológicos*, em 1906).

Já pelo viés Social, apesar de ter publicado dez volumes com a questão da *Psicologia Cultural* e com a investigação do desenvolvimento mental, manifestos na linguagem, na arte, nos mitos, nos costumes sociais, na lei, na moral, esta Psicologia não ganha atenção na época e passa muito tempo até ser retomada novamente.

Como exemplo ilustrativo desta grande “vantagem” da Psicologia Fisiológica Experimental em detrimento da Social aparece uma pesquisa que busca levantar o número de publicações de artigos no Jornal Americano de Psicologia

realizada durante 90 anos, que apresenta como resultados que: dentre todas as citações feitas a Wundt menos 4% eram realizadas à Psicologia Social, enquanto 61% se referiam ao livro *Princípios de Psicologia Fisiológica*, a maior publicação de Wundt na área da Psicologia Fisiológica.

Mas, por que a Psicologia Fisiológica Experimental de Wundt é a mais conhecida? Podemos levantar como principais causas: o espírito da época notadamente influenciado pelo Positivismo que considerava científico o que era provado por meios experimentais e o fato de Titchener (aluno e “sucessor” de Wundt) ter levado a sua versão da Psicologia (Fisiológica) para a América, onde funda a escola Estruturalista e por fim o marcante pragmatismo dos EUA que parece a partir daí como lugar central de ampliação da Psicologia.

Ao trazer a Psicologia Fisiológica de Wundt para os EUA Titchener funda a escola *Estruturalista*, que apresenta uma visão reducionista e exploratória da mente humana que tinha como objetivo apenas a pesquisa experimental em convergência surge o *Funcionalismo* proposto por J. Dewey, J. Angel, H. A. Carr que trazia como principal interesse a utilização da Psicologia através dos processos mentais para o organismo como forma de se adaptar ao meio.

Baseado nas teorias do *Funcionalismo* aparece no início do século XX, o *Comportamentalismo* (Behaviorismo) iniciado por I. Pavlov e E. Thorndikem, e depois difundido por meio de B. F. Skinner. O Behaviorismo aponta que o controle do ambiente de um indivíduo permite desencadear qualquer tipo de comportamento desejável, se detendo desta forma, aos estudos do comportamento observável através da utilização do método do condicionamento. É nas proposições comportamentalistas que se apoia a *Psicologia Social Americana* que estuda métodos para adaptar (enquadrar) o indivíduo à sociedade e analisa os reflexos da sociedade sobre o indivíduo, através da utilização das técnicas de reforço, condicionamento clássico e operante.

A Psicologia “Social” americana trabalha a partir de um princípio organizador, se aproximando do social através do estudo dos efeitos da interação grupal no aumento da produtividade, a compreensão do social neste caso se diferencia de toda a referência à ideia de coletivo presente no pensamento europeu. (SILVA, 2005).

Esta “Psicologia Social” que nasce nos EUA através da perspectiva de pesquisa para uma posterior adequação, normatização do comportamento do indivíduo se assemelha com a Psicologia mais utilizada nas organizações, a Psicologia Organizacional.

A ênfase Organizacional, na maioria das vezes, trabalha com a parte de seleção, contratação de pessoal, gestão de pessoas (comumente num ponto de vista manipulador), realização de palestras motivacionais, dinâmicas de grupo, tendo frequentemente como objetivo uma maior produção do indivíduo no ambiente organizacional, um destaque e muitas vezes uma preparação para a competitividade presente, já que seu objetivo é um desenvolvimento da organização.

Sobre a competitividade, é necessário ressaltar que a maior parte das organizações vê a competição como passo para o progresso, esquecendo-se que os “rejeitados”, os “perdedores” são seres humanos como todos com direito a dignidade.

A Psicologia organizacional, de forma geral, se preocupa em estudar e atuar como facilitadora das relações entre pessoas e organizações, contribuindo para o desenvolvimento de ambas. Para tanto, busca intervir nos processos de

trabalho, na cultura organizacional, nos intercâmbios comunicativos e muitos outros elementos da realidade institucional.

Na *Psicologia Social Americana* e especialmente na *Psicologia Organizacional* o ser humano é visto como indivíduo, isto é mais do que a escolha de um vocábulo, mas aponta uma cosmovisão, que trata o(a) homem(mulher) como singular, único(a) e que assim não tem nada a ver com o outro, isto é, ele(a) é isolado(a), fechado(a) sobre si mesmo(a), é isto que defende o Liberalismo e em decorrência o Capitalismo “selvagem”.

Sobre as cosmovisões, Guareschi (2001) acrescenta-nos que: “Dentro da filosofia liberal não há espaço para cooperação, colaboração, solidariedade. Vale a lei do mais forte.” (GUARESCHI, 2001, p.69) aí surge um questionamento, no Liberalismo há lugar para a gestão social?

Aparece ainda outro tipo de cosmovisão a *comunitário-solidária* que recupera plenamente o sentido de ser humano, e o sentido verdadeiro de social. O ser humano é visto como relação, como pessoa, sujeito. Indivíduo é aquele que é um, e não tem nada haver com os outros, já sujeito (pessoa) é aquele que é um, mas só pode ser se tem o outro, necessita de outro para poder ser. Isso é relação, é aquilo pelo qual uma coisa não pode ser, sem outra. Somo seres singulares, sim, mas a subjetividade, aquilo que constitui o sujeito é o mundo todo são todos os outros. (GUARESCHI, 2001.)

Guareschi (2001) traz que a defesa do vocábulo sujeito por Guattari para esta cosmovisão, porque sujeito é etimologicamente o que é fundamento, o suporte onde se pendura ou se amarra algo é a relação e é nesta relação que entendemos o ser humano e esta visão que defende a Psicologia social (sócio-histórica) do Brasil.

Uma definição breve da Psicologia social traria que ela busca o desenvolvimento da sociedade, através do Protagonismo Social que apresenta a idéia de que cada um de nós é sujeito ativo e responsável pela sociedade que nos permeia, estuda a influência e os processos cognitivos gerados pela interação social, ou seja, das conseqüências psicológicas e sociais pela vivência do sujeito em sociedade, sua ênfase é na investigação da reciprocidade sujeito e sociedade.

Esta vertente crítica de trabalho no campo da Psicologia comprometida com o social e com a realidade local concreta, recentemente vem se consolidando, vemos regularmente psicólogos(as) inseridos(as) nas políticas públicas, algo crescente nos últimos dez anos, onde se é notável a valorização de práticas, especialmente as psicológicas, comprometidas com a transformação social, em direção a uma ética voltada para a emancipação humana.

Esta “nova” Psicologia chamada sócio-histórica rompe em sua sustentação epistemológica, com alguns pressupostos presentes na abordagem clássica da Psicologia, que se constituíram a partir da perspectiva Positivista. Por isso, Book (2001), afirma que a Psicologia abandona a “antiga” visão abstrata do fenômeno psicológico, descolado da realidade e do próprio ser que o abriga e na qual o mundo social é estranho ao eu e em relação ao qual ele tem que se adaptar.

Na perspectiva clássica, o fenômeno é abstrato e habita o eu, como um corpo estranho a ele, sendo assim naturalizado. Para trazer um novo olhar trazido pela vertente sócio-histórica, que acredita que pensar o fenômeno psicológico é pensar na sociedade. Assim como, falar de subjetividade é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do mundo interno exige a compreensão do mundo externo. Assim, “o fenômeno psicológico não

pertence à natureza humana, não preexiste ao homem, mas reflete a condição social, econômica e cultural em que vivem os homens” (BOOK, 2001, pág. 22).

A Psicologia rompe com a tradição classificatória e estigmatizadora da ciência e da profissão, colada aos ideais das classes dominantes. A História da Psicologia evidencia essa tradição, demonstrando uma padronização daquilo que é tomado como “normal” a cada período histórico. Tornando o normal, natural, exclui a possibilidade de mudança social.

A Psicologia sócio-histórica rompe com essas idéias evidenciando, de um lado, que o normal é uma construção histórica do ideal de homem em cada período e, de outro lado, que o homem recebe e elabora as condições necessárias para seu desenvolvimento de maneiras diferentes, conforme suas condições sociais, físicas e psíquicas. Relativiza e contextualiza, portanto, a anormalidade a partir da idéia de diferença, e não de deficiência.

Supera a neutralidade científica, como conseqüência dessa visão relativista do fenômeno psicológico. Na medida em que os problemas psíquicos estão claramente relacionados às questões sociais, os(as) psicólogos(as) sócio-históricos(as) passam a definir a direção de suas intervenções abrangendo-as agora na sociedade, principalmente através das Políticas Públicas.

Se o(a) psicólogo(a) intervém sobre uma realidade não naturalizada como normal, ele intervém sobre projetos concretos de vida que não lhe pertencem, mas que podem, por seus agentes, serem transformados. “O sujeito com quem se trabalha é um ser ativo e transformador do mundo; é um ser posicionado que intervém em seu meio social” (BOCK, 2001, pág. 31).

Para entender esta ação posicionada do sujeito precisamos apresentar um novo conceito, o de *empoderamento* que pode tanto referir-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades, na busca pelo crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas, não só uma melhora econômica, mas uma melhor de sua visão crítica da realidade social, pode fazer referência a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares a sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal, entre outros., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los, porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais. (GOHN, 2004.)

Parte daí a importância de uma postura ética rigorosa, com direção esclarecida, “superando uma suposta neutralidade que ocultou sempre, no discurso cientificista, a concepção de “normalidade” e saúde que nada mais eram do que valores sociais instituídos e dominantes sendo reforçados” (BOCK, 2001, pág. 31), inclusive pelo meio científico “neutro” que, em função de razões econômicas, determinava para o homem a melhor maneira de ele estar no mundo.

Supera o positivismo e o idealismo na Psicologia, e, também por isso, é uma perspectiva crítica. Se, num primeiro momento, a Psicologia precisou aderir ao modelo positivista para ser reconhecida enquanto ciência, num segundo momento podemos perceber as conseqüências desse movimento em seu campo. Tomando os acontecimentos como obedecendo a leis gerais, reconhecidas a partir de métodos fidedignos de pesquisa e aferição, a Psicologia se construiu sobre fenômenos que, tomados como naturais, eram destituídos de sua dimensão social, e concebidos como obedecendo a leis naturais, eram inacessíveis às alterações pelo homem.

Somado a isso, a postura idealista com base na razão subjetiva concebia a realidade como sendo aquela apreendida pelo homem, perdendo sua

objetividade concreta. Além disso, ocultava os interesses subjacentes ao procedimento científico a partir do pressuposto da neutralidade, negligenciando os efeitos ideológicos e os jogos de interesses presentes também no contexto científico.

Diante dessas críticas e baseada no método materialista histórico e dialético e de uma pesquisa participante a Psicologia Sócio-Histórica passou a tomar os objetos em sua totalidade concreta e relacional, acompanhando o movimento e a transformação dos fenômenos, sabendo que eles são qualitativos e se dão pela existência de forças opostas no interior dos próprios fenômenos e em relação com o exterior (BOCK, 2001).

A Psicologia social nasce a partir da preocupação e da atuação de psicólogos(as) de forma independente, e inclusive sem remuneração, na década de 70 (entenda-se esta relação como independente, pelo fato de ser uma ação de compromisso do(a) psicólogo(a) para com a comunidade e não com a “Psicologia” que neste momento ainda não se envolvia em questões de ordem social) inserindo-se nos bairros da periferia e nas favelas dos grandes centros para colaborar para a organização e mobilização dos setores oprimidos e orientando-se no compromisso de que o trabalho deve possibilitar mudança das condições vividas cotidianamente pela população.

Quanto ao conceito de comunidade podemos trazer mais uma clarificação entre este e o conceito de “capital social”, que ganhou nova significação a partir de 1990, já que o conceito de comunidade muitas vezes se apresentava como impregnado de individualismo e o capital social afirmou-se fazendo referência a conexão entre indivíduos, redes sociais e as normas de reciprocidade e lealdade que nascem deles. (GOHN, 2004.)

Mas, precisa-se ainda responder a um questionamento que provavelmente é gerado acerca da ação independente dos psicólogos na “comunidade” no início da inserção deste: “Mas, por que a Psicologia no Brasil não se envolvia em questões sociais?”

A temática social esteve por muito tempo fora das matrizes curriculares do Curso No Brasil, sobretudo por pressões da ditadura militar que ocorreu de forma simultânea a regulamentação profissional da Psicologia. O que parece uma das principais razões para a visão da sociedade em relação à Psicologia como despolitizada, alienada e elitista.

Na verdade só em 1960 iniciou-se “novos movimentos de mudança na atuação profissional e adotou-se o lema de compromisso social como norteador da atuação psicológica” (CFP/CEFESS, 2007, p. 20). Mas, isso parte de forma independente, realizado pelos(as) psicólogos(as), já que a Psicologia ainda estava se (re)organizando enquanto profissão e procurando afirmar-se em relação ao Estado.

Sobre o Compromisso Social na Psicologia Guareschi (2001) ressalta a necessidade do Compromisso Social e da Ética para qualquer ação da Psicologia, e na verdade para qualquer ação humana.

Podemos mostrar dois “indícios” desta nova atuação da Psicologia, como primeiro deles podemos citar a abrangência no olhar que anteriormente se resumia ao ser humano para abarcar este em seu contexto. E o segundo que nos parece ser responsável pela afirmação da Psicologia “Social” a atuação do(a) psicólogo(a) nas políticas públicas (CRAS, CREAS, NASF, Conselho Tutelar, SOS Criança, entre outros). A Psicologia então se insere no social e assim tenta introduzir novas interpretações e novas soluções aos impasses contemporâneos encontrados.

A atuação da Psicologia social e comunitária não seria necessária também no espaço organizacional, quando se pensa em gestão social? Não seria estas “Psicologias” que caberiam na gestão social?

Através das teorias e fazeres das Psicologias Sociais e Comunitárias e suas atuações em organizações e comunidades em busca do desenvolvimento do *emponderamento*, da participação social, da valorização do espaço comunitário, da criação de uma identidade territorial, da intensificação dos laços solidários entre os seus membros como vemos de forma resumida anteriormente vemos uma aproximação entre a Psicologia e a gestão social que justificam o envolvimento crescente de profissionais e estudantes nas equipes interdisciplinares da Gestão Social.

Descreveremos agora algumas das atuações de psicólogos(as) em organizações e projetos sociais que se encontram ligados aos preceitos da gestão social.

A psicóloga Bley em 2008, através de seu desempenho em uma organização e em um embasamento da psicologia social do trabalho, publica um trabalho na busca de responder como um psicólogo pode contribuir para a intensificação da responsabilidade social empresarial, não só pela humanização das relações entre organização e seus stakeholders, mas através do seu conhecimento (promoção de pesquisas), mercado de trabalho (gestão de pessoas, não entendo-se gestão como manipulação) e como campo de atuação profissional (orientando sua atuação para a identificação dos fenômenos psicológicos relativos à responsabilidade social e na constituição de novas e melhores formas de intervenção).(BLEY, 2008).

Outro trabalho proeminente é a descrição do trabalho de psicólogos(as) fortalezenses junto a um grupo de catadores de lixo aproveitável num lixão situado na malha urbana de Fortaleza, acerca do ambiente de catação com os fatores de risco e danos à saúde relacionados a esse tipo de ocupação que tiveram como resultados a evidencia de uma atividade perigosa e insalubre, embora, muitas vezes, se constitua a única forma de sobrevivência para um grande número de pessoas e de estratégias defensivas usada pelos catadores para minimizar e acobertar os riscos presentes no ambiente da catação de lixo, para poderem dar continuidade à sua rotina de trabalho.

Não poderíamos deixar de citar alguns dos trabalhos realizados no Ceará pelo psicólogo social comunitário César Góis e sua equipe da Universidade Federal do Ceará, um dos trabalhos ocorria junto a uma comunidade agrícola-extrativista no “agreste” que tinha como objetivo promover o desenvolvimento e a autonomia da população. Outro funcionava numa aldeia de pescadores que estavam sendo expulsos por industriais que estavam explorando o pescado em larga escala, impedindo diretamente e indiretamente a sobrevivência alimentar e econômica dos pescadores e suas famílias, a atuação visava à mobilização para discutir os direitos violados e como agir para defendê-los. (FREITAS, 2008)

Podemos ainda citar o trabalho de Sato (2003) que afirma que se consolidaram no Brasil dois grandes campos teórico-práticos no interior da psicologia que constroem de modos distintos de analisar o trabalho humano. Um que “abraça problemas e interesses postos pelo corpo gerencial e pelo capital, articulando-se, por exemplo, com a administração e com a engenharia” (p. 168). E o segundo que se utilizando da leitura da psicologia social, se articula com as ciências sociais e visa a compreender o trabalho a partir do olhar de quem o vivencia, o trabalhador e que toma a organização um fenômeno psicossocial (SPINK, 1996).

Este segundo campo ligado a psicologia social se interessa em compreender fenômenos como: “identidade, processos de interação social, processos de percepção e de cognição social e a subjetividade” (SATO, 2003, P. 169).

Sobre a articulação da Psicologia em trabalhos de gestão social e economia solidária, para Veronese (2004) ao inserir-se no espaço engendrado pelo trabalho solidário, a Psicologia pode lutar por um mundo onde possam coexistir diferentes formas de organizar o trabalho. É importante, então, a pesquisa em Psicologia nesses novos meios de produzir, apropriar-se e dividir o produto final, para que eventuais racionalidades, diversas das predominantes, tenham possibilidade de expressar-se e possam ser desenvolvidas.

Acredita-se que tais atores possuem um importante capital cultural que, quando mobilizado, pode gerar respostas muito criativas e sintonizadas com a realidade concreta e com seus problemas de sobrevivência. Nesse aspecto, deve-se ressaltar os espaços da economia solidária como de fundamental importância para o desenvolvimento de novas habilidades de relacionamento interpessoal, aquisição de informações e construção de conhecimentos que possibilitem ressignificar a relação com o trabalho, compreensão crítica da realidade social e construção de formas participativas democráticas, na direção de relações sociais mais justas que não visem apenas à (re)inserção no campo da produção econômica, mas mudanças sociais de ordem estrutural. (OLIVEIRA *et. al.*, 2009).

Considerações Finais

A partir da discussão do conceito de gestão social e da interdisciplinaridade como uma das suas particularidades mais relevantes, do resgate da história da Psicologia em relação ao seu percurso até a atuação em organizações e comunidades e do desenvolvimento da Psicologia Social e Comunitária no Brasil é possível perceber sua interligação com propostas de gerenciamento comprometidas de fato com o desenvolvimento da sociedade e do meio ambiente, como a gestão social.

Compreendemos que a gestão social é um “processo de gerenciamento dialógico” (SILVA JÚNIOR, 2008), é um ato relacional de direção e regulação de processos, de mobilização ampla de atores na tomada de decisão (FISCHER, 2007) e assim se caracteriza por sua interdisciplinaridade traduzida como a busca de diálogo de saberes, conjugação de diversas visões, habilidades, conhecimentos e saberes dentro de práticas. (LEFF, 2000) encontramos sua interface com psicologia social. A psicologia social também se desenvolve como um campo interdisciplinar aliado conhecimentos psicológicos aos sociológicos, políticos, econômicos e educacionais.

A contribuição da Psicologia Social à Gestão Social é considerar em seus processos a dimensão da subjetividade na vida social e comunitária onde o sentido comunitário não existe sem o significado pessoal (GÓIS, 2008), construindo uma dimensão dialógica e consciente da vida. Mais do que meros papéis sociais somos sujeitos que desenvolvem papéis com intencionalidade.

Citando Góis (2008): “A participação social, sem uma perspectiva mais profunda (subjetiva) do morador, não leva a algo tão significativo quanto a desenvolvimento do indivíduo e, por conseguinte, de autonomia da comunidade”.

Por fim, enfatizamos uma vivência prática da interdisciplinaridade na Gestão social, que seja muito mais que um conceito, mas um exercício diário das

equipes interdisciplinares em sua atuação e no ensino da área, desta forma propomos ainda uma reflexão acerca do (re)conhecimento do lugar do(a) psicólogo(a), assim como uma maior inclusão.

Referências Bibliográficas

BLEY, Juliana Zilli. O Papel do Psicólogo na Responsabilidade Social Empresarial. Revista "Contato" Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP/08), edição de set/out/2003, ano 24, n. 121, p.9.

BOCK, Ana Mercês. Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

BOCK, Ana M.B.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T.. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 13 ed. reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARRION, Rosinha; CALOU, Ângela. Prefácio: Pensar a gestão social em terras de "Padinho Cícero". In SILVA JÚNIOR, Jeová Torres, MÂSIH, Rogério Teixeira et al. (organizadores). Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

CAVALCANTE, Sylvania e FRANCO, Márcio Flavio Amorim. Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu. Rev. Mal-Estar Subj., mar. 2007, vol.7, no.1, p.211-231. ISSN 1518-6148.

FISCHER, Tânia M.D.. O futuro da gestão. HSM Management 64 setembro-outubro, 2007.

FREITAS, Maria de Fátima Q. de. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. Psicologia Reflexão e Crítica vol. 11, n.1. Porto Alegre, 1998.

_____. Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade, Psicologia (Social) Comunitária: práticas da Psicologia em Comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. CAMPOS, Regina Helena de F. (org.). Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GÓIS, Cezar Wagner de L. Psicologia comunitária. In: Universitas Ciências da Saúde, vol.01 n.02, pp.277-297. Brasília, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade, v. 13, n.2, p.20-31, maio-agosto, 2004.

GÓIS, C. W. L. Saúde comunitária: pensar e fazer. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

GUARESCHI, Pedrinho. Compromisso Social da Psicologia, em CANIATO, Ângela M. P. e

TOMANIK, Eduardo A. Compromisso Social da Psicologia. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2001.

LEFF, Enrique. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo (org.). Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus Editora, 2000.

Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos na Política de Assistência Social. Brasília: CFP, CEFESS, 2007.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ Sydney Ellen. História da Psicologia Moderna. 16 ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

SILVA, Rosane N. da. A Invenção da Psicologia Social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres, MÂSIH, Rogério Teixeira et al. (organizadores). Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.